



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Eduardo Bismarck – PDT/CE

**PROJETO DE LEI Nº                      DE 2020**  
**(Do Sr. Eduardo Bismarck)**

Estabelece medidas de segurança a serem adotadas por organizadores de eventos públicos de entretenimento visando à proteção das mulheres em suas dependências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece medidas de segurança a serem adotadas por organizadores de eventos públicos de entretenimento visando à proteção das mulheres em suas dependências.

Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se por evento público de entretenimento aquele destinado ao lazer, em que há aglomeração de pessoas, no qual pode vir a ser configurada uma situação de risco para as mulheres.

Art. 3º Ficam os organizadores de eventos públicos de entretenimento obrigados a:

I - proibir a veiculação de músicas com letras discriminatórias ou que incentivem qualquer forma de violência ou assédio contra as mulheres;



II - proibir o porte de cartazes, placas, fantasias, bandeiras ou símbolos discriminatórios que incentivem a violência ou assédio contra as mulheres;

III - afixar, nos banheiros femininos, avisos e painéis com orientações a mulheres que se sentirem em situação de risco;

IV - disponibilizar segurança especialmente treinado para acompanhar mulheres que se sentirem em situação de risco até o seu veículo, posto policial ou delegacia de polícia mais próxima; e

V - tomar outras providências que considerar necessárias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Os eventos públicos de entretenimento são hoje, infelizmente, um grande palco de crimes contra a mulher, desde a importunação sexual até crimes mais graves, como estupro e feminicídio.

O crime de importunação sexual foi tipificado apenas no ano de 2018, com a Lei 13.718/18. Segundo a norma, o crime consiste no ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro. A pena prevista é de um a cinco anos e independe do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime.

Essa Lei representou um grande avanço no ordenamento jurídico brasileiro no que diz respeito à luta contra a violência contra a mulher. Antes, tal conduta costumava ser enquadradas na lei de contravenções penais, que



previa a importunação ofensiva ao pudor. A pena se resumia à assinatura de termo circunstanciado e multa.

Apesar do progresso trazido pela nova legislação, a realidade brasileira ainda é muito desfavorável às mulheres. O caso mais comum é o assédio sofrido em transportes coletivos, como ônibus, trem ou metrô, ou em eventos de grande aglomeração popular, como no carnaval.

Infelizmente, persiste ainda hoje o falso entendimento de que o Carnaval permite agarrar, beijar a força e violar o corpo da mulher sem seu consentimento, uma vez que isso “faz parte” do evento. A concentração de pessoas gerada pelos blocos cria um ambiente propício para o problema.

A título de exemplo, dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo<sup>1</sup> indicaram que, durante o Carnaval de 2018, aconteceram 571 crimes sexuais em todo o Estado. Isso representa uma média de 81 casos por dia de folia.

Nesse contexto, entendemos que ainda há muito a ser feito para que as mulheres se sintam protegidas e possam se divertir com tranquilidade onde bem quiserem. É imprescindível, portanto, que os organizadores desses eventos tomem as devidas providências no intuito evitar ao máximo a incidência desse tipo de crime.

Tendo em vista os motivos elencados, contamos com o apoio dos nobres pares ao Projeto de Lei que ora submeto à apreciação.

Sala das Sessões,                      de                      de 2020.

---

<sup>1</sup> <https://catracalivre.com.br/carnaval-sem-assedio/dados-sobre-o-assedio-no-carnaval-mostram-parte-da-realidade/>



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Eduardo Bismarck – PDT/CE

Deputado EDUARDO BISMARCK  
PDT-CE